O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva, assim como o relatório do revisor oficial contas.

Está conforme o original.

3 de Agosto de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Ivone Maria Vieira Botelho Antunes*.

3000227681

PALANQUE — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NL/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 7371/940127-Cascais; identificação de pessoa colectiva n.º 503136026.

Certifico que foram depositados os documentos de prestação de contas referentes ao ano de 1999 em relação à sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

9 de Outubro de 2001. — O Conservador Destacado, *José António Dias Pestana*.

3000228164

PAPELARIA DA PAREDE, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NM/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 10 226; inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 9/980107.

Certifico que, tendo sido alterado o contrato da sociedade em epígrafe, o artigo 3.º passou a ter a seguinte redacção:

Artigo 3.º

O capital social é de 1 000 000\$, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma das seguintes quotas:

- a) Uma de 325 000\$, pertencente ao sócio Miguel Bacelar Carrelhas Vaz Pardal;
- b) Uma de 325 000\$, pertencente à sócia Cecília Bacelar Carrelhas Vaz Pardal Sales Portas;
- c) Uma de 250 000\$, pertencente à sócia Vera Maria Correia Vaz Pardal Sales Portas;
- d) Uma de 50 000\$, pertencente, em propriedade de raiz, ao sócio Miguel Bacelar Carrelhas Vaz Pardal, e em usufruto vitalício a Maria da Graça Sanches Vaz Pardal Morais Leitão; e
- e) Uma de 50 000\$, pertencente, em propriedade de raiz, à sócia Cecília Bacelar Carrelhas Vaz Pardal Sales Portas, e em usufruto, vitalício a Maria da Graça Sanches Vaz Pardal Morais Leitão.

O texto actualizado do contrato da sociedade encontra-se depositado na pasta respectiva.

22 de Junho de 1998. — A Adjunta do Conservador, por delegação, *Maria Isabel de Oliveira Rebelo*.

3000128413

PAPELARIA QUITU, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NN/2007

Conservatória do Registo Comercial da Amadora. Matrícula n.º 10 176; identificação de pessoa colectiva n.º 503822370; data do depósito: 990104.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram depositados na pasta respectiva os documentos respeitantes à prestação de contas referente ao exercício de 1997.

Está conforme o original.

9 de Fevereiro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria da Luz Moreira*.

3000228098

PAREDAUTO — COMÉRCIO DE PEÇAS E AUTOMÓVEIS, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NO/2007

Conservatória do Registo Comercial de Cascais. Matrícula n.º 8161/950307; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 4; número e data da apresentação: 6/960412.

Certifico que foi depositada fotocópia da escritura da sociedade em epígrafe donde consta a renúncia à gerência de João Manuel Martins de Fraga.

Data da deliberação: 19 de Março de 1996.

20 de Fevereiro de 1997. — Pela Segunda-Ajudante, (*Assinatura ilegível*.)

3000127550

PASSO A PASSO — CENTRO DE TRATAMENTO DE NARCÓTICOS E ALCOÓLICOS LTDA. — SUCURSAL

Anúncio n.º 7929-NP/2007

Sede: Rua de Luís António Correia, 61, rés-do-chão, direito, Nogueiró

Conservatória do Registo Comercial de Braga. Matrícula n.º 9901/050107; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 15/050107.

Certifico que foi registado a constituição de representação permanente, para a qual foi designado gerente Paulo Alexandre Calicho Branco, divorciado, residente na Rua de José Maria Ottoni, 58, 1.º, esquerdo, Nogueiró, Braga, e tendo a sociedade representada, o seguinte pacto social actualizado e completo:

Cláusula 1.ª

A sociedade girará sob a denominação social de Passo a Passo — Centro de Tratamento de Narcóticos e Alcoólicos Ltda. e terá sede e domicílio na Rua de António de Lima, 201 Pirangi do Norte Parnamirim/RN e CEP 59.161-615.

Cláusula 2.ª

O capital social será de 30 000 reais, dividido em 30 000 quotas de valor unitário igual a 1 real, totalmente integralizado, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Jorge Humberto Passinhas Laranjeira — s/ participação de 15 000 quotas no valor total de 15 000 reais;

Paulo Alexandre Calicho Branco — s/ participação de 15 000 quotas no valor total de 15 000 reais.

Cláusula 3.ª

A sociedade constituída terá como objectivo social de centro de reabilitação para dependentes químicos com alojamento.

Cláusula 4.ª

A sociedade iniciará suas actividades na data de assinatura do contrato social e seu prazo de duração é indeterminado.

Cláusula 5.ª

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se posta à penda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

Cláusula 6.ª

A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor das suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Cláusula 7.ª

A sociedade será administrada por uma administradora designada pelos sócios, a qual poderá praticar todos os actos de gestão social, e usará a denominação social para todos os actos de administração, sejam

eles quais forem, por mais especiais que sejam, e para sua representação activa e passiva, considerando-se a sociedade obrigada perante terceiros ou representada em juízo ou fora dele.

1.º É expressamente vedado à administradora, adquirir, alienar e onerar bens, móveis ou semoventes, assinar contratos de financiamento de operações de crédito, junto a entidades financeiras privadas ou oficiais, conceder fianças e avales em negócios que não sejam de interesse da sociedade, sendo estes actos praticados, única e exclusivamente com autorização de todos os sócios.

2.º É defeso a administradora o uso do nome da sociedade em negócios, títulos ou contratos que não sejam considerados do exclusivo interesse da sociedade, sob pena de responsabilidade perante terceiros e perante a sociedade.

3.º A sociedade poderá constituir procurador(es), com poderes específicos e expressos, determinando mandato a duração máxima de um ano, excepto para a prática de poderes *ad judicium*, quando o mandato terá a duração necessária à resolução da finalidade nele prevista.

4.º A sociedade poderá ser administrada por pessoa não sócia, quando os sócios deliberarem.

Cláusula 8.ª

Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas da sua administração procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado económico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, aos lucros ou perdas apurados.

Cláusula 9.ª

Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas, designarão administrador quando for o caso.

Cláusula 10.ª

A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

Cláusula 11.ª

Os sócios poderão, de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de *pro labore* para o administrador, observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Cláusula 12.ª

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas actividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor dos seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

§ único. O mesmo procedimento será adoptado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação ao seu sócio.

Cláusula 13.ª

Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não está impedido de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

Cláusula 14.ª

Fica eleito o foro de Parnamirim/RN para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultante deste contrato. A sociedade se regerá pelo Código Civil Lei n.º 10 406/2002 (Artigo 1052.º em diante) e ainda subsidiariamente pela Lei n.º 6404/76.

Está conforme.

28 de Janeiro de 2005. — O Ajudante Principal, *Hermógenes Agostinho da Silva Martins Machado*.

2006616633

PATROCÍNIO & AFONSO, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NQ/2007

Conservatória do Registo Comercial de Portimão. Matrícula n.º 3356/990222; identificação de pessoa colectiva n.º 504504371; inscrição E-1; número e data da apresentação: 5/990222.

Certifico que entre Sérgio Augusto Dias dos Santos Afonso, casado com Ana Luísa Alves da Graça Patrocínio Afonso, sob o regime da comunhão de adquiridos, residente na Rua de Mouzinho de Albuquerque, 60, 2.º, esquerdo, Portimão, e a referida Ana Luísa Alves da Graça Patrocínio Afonso e residente na morada indicada do primeiro outorgante seu marido, foi constituída uma sociedade comercial por quotas, com a denominação em epígrafe que há-de reger-se pelo contrato constante dos artigos seguintes:

1.ª

1 — A sociedade adopta a firma Patrocínio & Afonso, L.^{da}, e tem a sua sede em Portimão, na Rua de António Feliciano Castilho, 25, na cidade, freguesia e concelho de Portimão.

2 — Por deliberação da gerência a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 — A gerência poderá criar sucursais, agências ou outras formas locais de representação social onde e quando julgar conveniente.

4 — A sociedade poderá adquirir livremente participações em sociedades com objecto diverso do seu e integrar agrupamentos complementares de empresas, constituir associações em participação e consórcios.

2.ª

A sociedade tem por objecto as seguintes actividades: a prestação de serviços às empresas de consultoria e gestão; actividades de serviços colectivos sociais e pessoais; representações e vendas comerciais.

3.ª

1 — O capital social é de 5000 euros, integralmente realizado em dinheiro, e corresponde à soma de duas quotas: uma de valor de 2550 euros e outra de valor de 2450 euros, pertencentes, respectivamente, aos sócios Ana Luísa Alves da Graça Patrocínio Afonso e Sérgio Augusto Dias dos Santos Afonso.

2 — Podem ser exigidas por deliberação unânime dos sócios prestações suplementares até ao montante de 5000 euros, na proporção das quotas.

3 — Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos de que esta carecer, mediante prévia deliberação tomada em assembleia geral.

4.ª

1 — A administração e a representação da sociedade, ficam a cargo dos sócios designados em assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se mediante a assinatura de um dos gerentes.

3 — Os gerentes estão dispensados de prestar caução e receberem ou não remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

4 — Ficam desde já designados gerentes os sócios Ana Luísa Alves da Graça Patrocínio Afonso e Sérgio Augusto Dias dos Santos Afonso.

5 — A gerência pode comprar, vender, trocar, hipotecar ou por outra forma alienar ou onerar veículos automóveis e motorizados.

5.ª

A gerência fica desde já autorizada a proceder ao levantamento do capital social depositado no Banco Totta & Açores, para ocorrer a despesas inerentes ao seu objecto e início de actividade.

O texto completo do contrato de sociedade na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

11 de Fevereiro de 2002. — A Escriutária Superior, *Maria de Deus Pomba da Silva Leal*.

3000227825

PAULA & ABREU, L.^{DA}

Anúncio n.º 7929-NR/2007

Conservatória do Registo Comercial de Setúbal. Matrícula n.º 5959/20000117; identificação de pessoa colectiva n.º 505263017; inscrição n.º 1.